

AUGRAS, Monique. *A Segunda-Feira é das Almas*. Rio de Janeiro: Pallas/PUC/RJ, 2013, 144 pp.

Fernando Giobellina Brumana
Universidade de Cádiz

O presente livro chega de um espaço muito particular, “o abençoado lazer propiciado pela aposentadoria”. Esse lazer, porém, não é o do não trabalho, mas pelo contrário, de um trabalho em segundo grau, da reflexão sobre um projeto que nos anos 2000-2003 a autora desenvolveu com mais de uma dúzia de alunos de graduação da PUC do Rio de Janeiro. Esse projeto tinha deixado já um fruto primeiro, o livro *Todos os Santos São Bem-Vindos*, de 2005; o livro atual, *A Segunda-Feira é das Almas*, é uma sorte de contraposição e ao mesmo tempo uma continuidade na problemática e no estilo de pesquisa.

Augras, tão tentada como ela sempre está pelas margens, age desde as margens na sua prática produtora de conhecimento: psicóloga social de profissão não é classificável disciplinarmente, lança mão de autores de procedência muito díspar em uma vertigem canibal, o mesmo canibalismo das práticas religiosas subalternas que são seu objeto de fascinado estudo há tanto tempo.

No caso das devoções às almas, a pesquisa centrou-se principalmente em várias igrejas cariocas. Pela própria temática, uma etnografia clássica não é aqui possível; o contato com os “observados” se produz no acaso de encontros circunstanciais com uma brevidade total: o tempo de pedir um fósforo para acender uma vela ou de fazer uma pergunta prática qualquer. Não há uma sociabilidade imaginável nessas multidões fragmentadas que acodem às almas; tudo foge como a chama das velas

acesas por unidades, por dúzias ou por quilos nos cruzeiros das igrejas ou nas suas adjacências. Que fica então? Onde o dente antropológico atinge sua presa? Fora algumas poucas trocas verbais trazidas de “campo” pelos pesquisadores e a óbvia observação, os “dados” são palavras escritas: palavras de folhetos publicados sob algum selo eclesiástico, palavras rabiscadas com giz ou com lápis em paredes de capelas, palavras escritas em papéis ou impressas em santinhos como pagamento de promessas. Tecendo esses elementos se constrói esse trabalho.

As almas às quais as velas são destinadas não possuem identificação alguma, são anônimas, mas estão diferenciadas em classes que nem sempre são as mesmas para todos os informantes (podem ser benditas, cativas, abandonadas, aflitas...), ainda que as diferenças entre as fontes sejam amiúde só nominais. Os princípios classificatórios que geram essas categorias apontam em duas direções complementares: uma, as qualidades das almas e a maneira como morreram (por exemplo.: afogadas, queimadas, enforcadas etc.); outra, a especialização segundo o tipo de pedido, a eficácia das diversas classes de almas. A esperança de que a promessa à alma seja ouvida é, em boa medida, a identificação do sofrimento dela com o humano aflito.

Fora das igrejas, separados destas pela higiene modernizante do século XVIII, há outros âmbitos onde as almas são objeto de culto, de pedidos, de promessas. Os devotos não se guiam mais pelo anonimato classificatório que antes vimos. O cemitério, os seus túmulos, oferece seres com nome e sobrenome, com datas certas de nascimento e de óbito, com histórias às vezes orais, às vezes até publicadas em livrinhos: os defuntos milagreiros, nas palavras da autora, geralmente crianças mortas por doenças especialmente cruéis: Neguinha, Betinha, Ricardinho, Odetinha, almas puras, anjinhos que só bondade e conforto podem oferecer. Mas não sempre é assim.

No cemitério São João Batista, do Rio de Janeiro, a identificação do cadastro se desfaz e a devoção parece entrar em uma espécie de fita de

Moebius da promiscua religiosidade subalterna brasileira. Na beira de um dos túmulos há uma grande estátua de bronze muito afastada da norma estética das esculturas de outros jazigos vizinhos, que representa um homem quase despido, com rosto zombeteiro, cabelo desgrenhado, barba hirsuta; enfim, uma imagem forte e estranha. Essas características fizeram, supõe a autora, com que a estátua, e não já o defunto que jaz na cova, se convertesse em um ímã devocional. Mais ainda, em um palco onde o chefe de um centro umbandista, perante seu povo de santo vindo especialmente para a ocasião, incorpora mediunicamente um membro de uma linha de Guias cuja representação imaginária oferece certa semelhança com a estátua: o preto velho Pai José. Os restos de oferendas e as informações de outros frequentadores do cemitério permitem outras possíveis interpretações da estátua: um caboclo, sem dúvida, mas as garrafas de aguardente e as velas pretas remetem a Exu, cuja posição predominante no campo-santo é bem conhecida. Das almas abençoadas ao diabo tão particular que é Exu, o circuito se fecha tanto quanto se abre. Borges disse que o Brasil é infinito; talvez seja. Mas a religiosidade brasileira sem dúvida é.

Nos diversos âmbitos onde as devoções às almas se desenvolvem não há espaço para um sistema de práticas e de crenças complexo, articulado e estável, correlato de agências muito estruturadas, como é o caso do candomblé que a autora pesquisou já faz tempo. A religiosidade subalterna não tem nessas devoções nem mesmo um grau zero: é um estado mais elementar, mais imediato aos corpos por cujas aflições acode-se a elas, às almas. É um sistema assistemático e nebuloso, com vias internas que trazem elementos de diversas modalidades religiosas formalizadas; dessa maneira, entre as velas acesas em uma igreja se encontram acarajés, a comida emblemática da Iansã do candomblé, ou pedidos que almejam o dano de terceiros, o tipo de intuito que orienta alguns despachos que um umbandista poderia deixar em uma encruzilhada. E também se ma-

nifestam ideias difusas sobre a periculosidade do comércio com as almas; sobre as energias pessoais que podem ser contagiadas entre ofertantes; a necessidade de preservar-se, de “não levar nada ‘pra’ casa, e deixar tudo com as almas”. Não são as mesmas precauções que regem as oferendas na umbanda, no candomblé, no culto de jurema...?

E tem outra direção dessa porosidade subalterna. A própria ideia de que uma oferenda de comida para os espíritos dos mortos *faz sentido* remete a uma dimensão histórica secular: o culto aos antepassados com o qual o cristianismo lidou desde o começo, de diversas formas. Esta linha indica que “por mais estranhas que certas práticas possam parecer, todas se dão a partir do referencial católico”. Referencial católico: o que o culto traz às vezes à sua revelia, o paganismo que ele carrega.

E há um elemento católico, e não simplesmente cristão, que é condição necessária do comércio com os espíritos dos mortos. Sem Purgatório não teria almas, devoção alguma poderia ser desenvolvida; essa instância no além inaugura uma topologia propriamente católica, que vai ser rejeitada pelos protestantes e que implica uma divisão entre três espaços: o dos definitivamente salvos, o Céu; o dos definitivamente condenados, o Inferno; o daqueles espíritos que sem merecer ainda a salvação escapam à perdição.

No começo, o Purgatório é povoado por almas para cuja salvação definitiva e consequente ingresso no Céu, os devotos rezam e, com o decorrer do tempo, compram indulgências aos agentes eclesiásticos. Mas o imaginário católico faz com que essas almas, algumas delas, abandonem o papel passivo, dependente dos vivos que por elas pedem àqueles que têm poder de dar e fazer e assumam uma capacidade própria. Não há forma de diferenciar o culto pelas almas do culto a elas, como tampouco há, no fundo, uma clara diferença entre espíritos dos vivos e espíritos dos mortos: tudo é uma linha só. E o Brasil talvez seja o universo onde essa porosidade entre o além e o aquém esteja mais aberta: “Mundo dos vivos e mundo dos mortos são, ambos, parte do mistério”.